

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP PORTO DE SANTOS ATA DA 441ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, por videoconferência, devido às medidas de distanciamento social para enfrentamento da COVID-19, realizou-se a quadringentésima quadragésima primeira Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos -CAP. Em conformidade com art. 6º - Inciso VII, da IN DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a presente reunião foi gravada integralmente, e ficará arquivada na sede da sociedade. Participaram os Representantes do Poder Público: Flavia Morais Lopes Takafashi, pela SNPTA; CC Carlos augusto do Couto Junior, pela Marinha; Fernando Henrique Passos Biral e Marcelo Ribeiro, pela SPA; Rogerio Lima, pela PMG, André Okubo, pelo MAPA; e, Erica Cristina Santos Carvalho, pela ANVISA. Os Representantes da Classe Empresarial: José Edgard Laborde Gomes e Roberto Teller, pela ABTRA; Leonardo Ribeiro e Eliézer da Costa Giroux, pela ABTP; Regis Prunzel e Joaquim Sepulveda, pelo SOPESP; e, Mauro Sammarco, pela ACS. Os Representantes dos Trabalhadores **Portuários**: José Cavalcanti e Wagner Moreira Gonçalves, pela FENCCOVIB; e, Robson Gama, pela FNP. O representante da Receita Federal, não compareceu à reunião, justificando sua ausência. Participaram também, como convidados permanentes, Márcio Calves, representante da Classe Empresarial do CAP no CONSAD; Martin Aron. Participaram ainda, como convidados: Bruno Stupello, Jairo Almeida, Valter Santana e Glaucus Farinello . Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário-Executivo, Jorge Leite dos Santos e apoio do Assistente Pleno, Thiago Rodrigues Alves e do Técnico Portuária Reginaldo Brito de Lima. Iniciando a reunião, a Presidente passou ao item I - ABERTURA. Foi submetida aos Conselheiros a Ata da 440ª Reunião ordinária, que lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes. Dando sequência à pauta do dia, a Presidente deu posse ao Representante da Classe Empresarial, indicado pelo Sindicado dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo - SOPESP, Regis Gilberto Prunzel (Titular), por meio da Portaria nº 1.653, de 04 de agosto de 2020, do Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, publicada no Diário Oficial da União em 07 de agosto 2020, pelo período de 2 (dois) anos. Fica



registrado, que tendo em vista a presente reunião estar ocorrendo por videoconferência devido às medidas de distanciamento social para enfrentamento da COVID-19, o Termo de posse será enviado ao empossado, por e-mail, para que seja colhida a respectiva assinatura, e posteriormente devolvida para arquivo na Secretaria do CAP/SANTOS. Prosseguindo, а Presidente passou item Ш **ASSUNTOS** ao **III.01 –** Informações sobre o status do Projeto Executivo da Nova entrada de Santos. *Para* prestar informações sobre o tema, participaram o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da SPA, Bruno Stupello, o Superintendente de Engenharia, Leandro Leite, o Gerente de Projetos e Fiscalização, Hygino Silva e o Assistente Sênior Reginaldo Ortega. O Gerente de Projetos e Fiscalização da SPA, Sr. Hygino Silva, informou que o referido projeto foi licitado no início de 2019 e teve uma proposta vencedora que ficou suspensa até a cessão do terreno da SPU. Após aprovação da Nova Poligonal, que acabou abrangendo o referido terreno, foi dado prosseguimento internamente no processo de contratação, sendo que atualmente foi revalidada e aprovada pela SPA a proposta com a contratada, e no momento encontra-se na fase de homologação com a consequente assinatura do contrato. Esta contratação é prevista para 18 meses, sendo que nos primeiros seis meses serão realizados os serviços preliminares de levantamento de campo junto com a elaboração do projeto básico, para posterior avaliação e aprovação pela SPA do projeto, e, nos 12 meses finais ocorrerá a elaboração do projeto executivo, feito pela empresa contratada pela Autoridade Portuária, com previsão de entrega do projeto para o segundo semestre de 2021, podendo avançar para o primeiro trimestre de 2022. Após indagação da Presidente Flávia, o Sr. Hygino informou que o objetivo das obras é proporcionar um segundo acesso ao Porto de Santos, externo ao município, sendo que o projeto é compatível com investimentos municipais e estaduais que já estão sendo realizados. Na sequência, o Conselheiro Regis Prunzel, perguntou se já há algum cronograma para estas obras, bem como se existe recurso orçamentário pela SPA. O Gerente Hygino respondeu que em relação ao projeto executivo o orçamento estimado foi de aproximadamente R\$ 10,5 milhões, e a vencedora foi a Empresa Brasileira da Engenharia de Infraestrutura - EBEI que ganhou com a proposta de R\$ 3,5 milhões, já em relação a obra o Superintendente Leandro complementou informando que a variação do prazo desta obra vai depender do detalhamento do projeto, mas que será de pelo menos dois anos. Ao final, o Colegiado agradeceu pelas informações prestadas.



III.02 – Informações sobre o status do Plano de Licitações 2020/2021. O Diretor da SPA, Bruno Stupello, explanou sobre o status do Plano de Licitações para 2020/2021, prestando as seguintes informações: a) Existem 4 terminais em estágios avançados, sendo eles, o 14 e 14 A, para celulose na região do Macuco, com licitação marcada para 28/08, em leilão na B3, e também, está previsto para o fim do ano, os terminais de líquidos 8 e 8 A, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 1.4 bilhão de reais; b) Construção de outros dois berços de atracação para graneis líquidos na região da Alemoa, sendo que os estudos estão passando por adequações pós a etapa de consulta pública, e devem ser encaminhados ao TCU em breve, para seguir o rito de aprovação e posterior abertura de processo licitatório, estes dois terminais já estão classificados no PPI; c) No próximo ano, ainda em estágio de estudo, tem a licitação do novo terminal de fertilizantes, previsto no PDZ, na região de Outeirinhos; d) No próximo ano, será licitado também, o terminal retroportuário na região da Alemoa, atrás do terminal da BTP; e) Previsão de um novo terminal de contêineres na região do Saboó, o qual fará a consolidação das áreas hoje ocupadas por diversos terminais transitórios, mas isso obviamente, depende da avaliação do comportamento da demanda nos próximos anos; f) Em breve, será realizado, o chamamento de contribuição de estudos do novo terminal de passageiros na região do Valongo. O Conselheiro Regis, considerando que com a nova entrada de Santos, haverá uma melhora no acesso rodoviário, registrou sua preocupação em relação aos acessos ferroviários e aquaviários, e também, com a expansão de volume de carga prevista no novo PDZ nos próximos anos, entendendo que como Conselho, devemos definir um caminho crítico capitaneado pela equipe da SPA para orientar o alinhamento da resolução dos gargalos que serão encontrados. O Diretor Bruno informou que desde o ano passado a SPA vem rastreando todos os pontos críticos, e, em relação aos acessos terrestres e marítimos, que são hoje prioridade, existe um trabalho firme para que a capacidade da malha ferroviária atinja nos próximos cinco anos as 100 milhões de toneladas por ano, que são necessárias para adequar-se com a capacidade da malha serra acima, e com isso começaremos a mudar a matriz de transporte rodo-ferro, afetando principalmente os terminais de grãos da Ponta da Praia, chegando numa matriz 80/20, diminuindo a participação do rodoviário naquela região, os investimentos nas ferrovias seguem com a eliminação de todas as passagens de nível melhorando a capacidade e segurança, inclusive das rodovias, e a readequação de todo viário interno e perimetral, como da

capsantos@brssz.com



segunda entrada de Santos. Já a viabilização da instalação do VTMS, permitirá uma celeridade maior na questão de atracação de navios e encontrar o timing ideal para um novo aprofundamento do canal, para menos 16m ou 17m, dependendo da projeção de demanda, e assim os navios demandando maior profundidade terão mais janelas de entrada e saída do Porto e menos tempo de espera. O Conselheiro Mauro Sammarco, considerando que no PDZ na área da Alemoa está previsto um píer para a operação com carga direta, gostaria de saber como está sendo feito o planejamento para este momento de transição entre o encerramento de operações de carga e descarga direta nos terminais que estão sendo licitados este ano e a futura operação na Alemoa. O Diretor Bruno comunicou ao Conselheiro, que há uma projeção de um novo terminal para descarga de graneis minerais na região de Outeirinhos, que logo será licitado e que poderá movimentar até 7 milhões de toneladas de graneis em desembarque, fazendo assim um ciclo fechado de retorno ferroviário, já que atualmente a descarga direta sai por caminhão e não faz este ciclo com a ferrovia para transportar estes produtos de graneis minerais para o interior do país. Apesar disso, sabendo da necessidade dos operadores de cais público, está sendo destinada àquela área na região da Alemoa, em discussões juntos à SOPESP, para a doações de projetos, que aceleraria em torno de 6 a 9 meses a construção de dois novos berços na região. Enquanto isso, em período transitório, há diversos berços públicos que podem fazer esta operação de descarga direta, informou ainda, que os novos terminais do Macuco só estão previstos a entrar em operação em 2023, assim, poderiam continuar até a referida data operando em descarga direta. Há um grande esforço da SPA para ampliar os berços a fim de movimentar carga dos operadores de cais público onde fizemos a liberação do 35.1 e 35.2, reforma no berço 33, e igualamos as tarifas de movimentação de descarga direta de graneis minerais no Saboó com os berços do Macuco. III.03 - Atualização das informações do projeto ligação seca Santos/Guarujá. O arquiteto da SPA, Reginaldo Ortega, realizou apresentação atualizada sobre o Estudo de Alternativas de Travessia entre as margens do Porto de Santos (Ligação seca entre Santos-Guarujá). Após a apresentação, a Presidente Flavia questionou se esta apresentação já havia sido realizada para alguma Associação ou para o Governo do Estado de São Paulo. O Sr. Reginaldo Ortega informou que a referida apresentação foi realizada no ano passado na Associação dos Engenheiros e Arquitetos quando na época se debatia sobre a travessia por túnel submerso, após esta apresentação diversos entes



presentes pediram para que os estudos fossem mais aprofundados, sendo que esta apresentação serviu para sensibilizar de que existem outras possibilidades, além do projeto existente do túnel realizado pelo Dersa, e também, do projeto de ponte no Saboó da Ecovias. Uma obra de túnel, como esta que foi apresentada, no caso inédita no Brasil, já é bastante difundida e consolidada em outros países com parcerias técnicas existentes, bem capacitadas a desenvolver um bom projeto na região. O Diretor Bruno comunicou que o assunto só foi debatido em fóruns técnicos, buscando readequar o projeto do Dersa atendendo possibilidades de mobilidade e redução de custo, mas não foi discutido oficialmente com o Governo do Estado de São Paulo. O Convidado pela PMS, Sr. Glaucus Farinello, questionou se este projeto foi discutido com as áreas técnicas da Prefeitura de Santos, sendo que o Sr. Reginaldo Ortega respondeu que não houve esta discussão porque o projeto estava ainda sobre revisão e aperfeiçoamento para que pudesse envolver os demais interessados na discussão. O Conselheiro Regis informou que o SOPESP decidiu ainda não deliberar sobre o assunto, até que seja realizada uma apresentação atualizada da Ecovias sobre o "projeto ponte", já que há informações de que este projeto já avançou sendo discutido dentro do Governo Estadual. A Presidente Flávia informou que há notícias de avanço da proposta da Ecovias, entre o Governo Estadual e Federal, havendo necessidade de melhores esclarecimentos para este Colegiado poder se posicionar. O Representante da PMS, Valter Santana, também informou que não houve ainda atualização de informações sobre os projetos de ligação seca com a Ecovias, e assim a PMS não se posicionará até ocorrer uma conversa de esclarecimento com a DERSA. O Conselheiro Leonardo Ribeiro, como representante da ABTP, também acompanha o posicionamento da SOPESP, não fechando a questão de qual projeto apoiar até que haja novos esclarecimentos. O Conselheiro Roberto Teller comunicou que a ABTRA não apoia o projeto túnel, neste momento, já que acredita que um "projeto ponte" teria um respaldo melhor, embasado na prorrogação de um contrato com a Ecovias, e devido a possível inviabilidade financeira do "projeto túnel". A Presidente Flávia concluiu, acreditando que com o surgimento de novas discussões em andamento, o aperfeiçoamento dos modelos discutidos anteriormente e o próprio avanço de concessões no Porto de Santos, há a necessidade de nova discussão do mérito da questão e, conforme sugerido pelos Conselheiros Eliezer Giroux e Leonardo Ribeiro, o Conselho concordou em solicitar à Ecovias que apresente a este CAP/Santos a nova



modelagem do seu projeto da Ponte ligando Santos ao Guarujá. Para o assunto foi emitida a Carta CAP nº 004.2020. Solicita também, que a Empresa de Planejamento Logístico -EPL seja convidada para apresentar, quando finalizada, a modelagem que está sendo discutida com a SPA, a respeito da viabilidade financeira do projeto do Túnel. III.04 - Informações sobre intervenção - Obras da Nova Ponta da Praia. Relativamente ao tema, o Conselheiro Leonardo informou que tendo em vista a construção de novos empreendimentos, instrumentos turísticos, novo centro de convenções, o novo mercado de peixe e também a nova saída da balsa na região da Ponta Praia, e ainda, considerando o volume de movimentação pelo modal rodoviário em direção a ADM, TES e Terminal XXXIX, sendo que nesta mesma região fica o último retorno de acesso da Perimetral no Porto para caminhões com destino ao Macuco/Ponta da Praia, é possível que o fluxo de veículos na região sofra um grande impacto, devido ao movimento do estacionamento do Centro de Convenções, do Mercado de Peixe e da saída da balsa considerando o fluxo de alta temporada, o que poderá ocasionar impacto nas operações dos terminais. O representante convidado da PMS para o assunto em questão, Glaucus Farinello, informou que houve estudo desta questão do viário da chegada na Ponta da Praia, e que em relação aos fluxos não foi registrado gargalo após a saída da Balsa, tendo em vista que agora é permitido sair sentido Praia. Com relação ao estacionamento do Mercado de Peixe, o representante da PMS entende que tem atraído grande número de visitantes atualmente, porém o conjunto, incluindo o Centro de Convenções ainda em construção, abrigará mais de 400 vagas de estacionamento quando estiver concluído, resolvendo esta questão, informou também que o acesso ao Centro de Convenções será realizado por um prolongamento da Av. Rei Alberto I e não pela Av. Mário Covas para evitar afetar o fluxo no Porto. O Sr. Glaucus acredita também que haja a necessidade do alargamento da alça local de retorno para que seja evitada as filas de caminhões observadas, obras que constavam do contrato da empresa Capellano. O Conselheiro Leonardo Ribeiro perguntou a quem pertence a área ao lado da região conhecida como Vila do Sapo próximo à alça de retorno. O Sr. Glaucus respondeu que tal área pertence à União e foi cedida pela SPU à uma Associação de Moradores para construir habitação de interesse social, e, como o empreendimento destas moradias ainda não tiveram início, acredita que seria o momento de buscar um diálogo com a SPU para a discussão de melhor destino desta área dentro de um projeto de remodelagem da Av. Mário Covas. O Conselheiro Regis Prunzel



concordou com a necessidade de se rever com a SPU um desenho mais apropriado da referida área compatível com a remodelação da Ponta da Praia. O Diretor da SPA, Sr. Bruno Stupello, informou que as obras de remodelação da Av. Mario Covas fazia parte do projeto executado pela Construtora Capellano, mas a empresa faliu e as obras acabaram sendo interrompidas e o contrato cancelado, então a SPA decidiu desmembrar o contrato entre viário rodoviário e ferroviário, sendo que no caso do rodoviário ainda está em estágio para contratação de novo projeto executivo, ao qual os terminais da Ponta da Praia e Macuco já estão envolvidos na questão para que se busque uma possível doação deste projeto, o que levaria maior celeridade em resolver a situação, mas caso não haja a SPA irá iniciar procedimentos para nova licitação. O Conselheiro Leonardo Ribeiro sugeriu levar o assunto para ser discutido na CAT junto à SPA e PMS para definição dos detalhes técnicos e ações que poderão ser tomadas. III.05 - Informações atualizadas da ANVISA sobre as ações que estão sendo tomadas para o combate ao COVID-19, especificamente no que diz respeito a troca de tripulantes. A Conselheira Erica Carvalho comunicou que em relação aos procedimentos de embarque desembarque há um protocolo desde maio de 2020, com detalhes de como se deve fazer a quarentena interna ou em domicilio, e as ações antes de embarcar e desembarcar, para que se evite contágio caso haja algum tripulante contaminado, sendo este um protocolo nacional e que pode ser acessado pelo site da Anvisa. Em Santos continua vigente a liminar que impede o desembarque de tripulantes para atendimento nos hospitais locais, exceto em caso de extrema urgência. Informou ainda, que foi realizado um levantamento, é até o momento 13 (treze) navios ficaram em guarentena, sendo 3 (três) embarcações de cruzeiro e 10 (dez) cargueiros, ao todo foram registrados 307 (trezentos e sete) casos confirmados, com 53 (cinquenta e três) casos em navios cargueiros. No momento há duas embarcações em avaliação aguardando resultado de exames para entrar ou não em quarentena. O Conselheiro Mauro Sammarco informou que a situação atual da pandemia é outra depois da adoção dos protocolos, enfatizando que já que houve a abertura de aeroportos com testagem de tripulantes e viajantes, e que na sua opinião deve ter o mesmo tratamento aos navios, já que o protocolo atrasa a operação e põe em risco a tripulação em quarentena a bordo. A Conselheira Erica Carvalho informou que a portaria tem validade até o dia 29/08 e que o assunto deve estar sendo discutido pelas autoridades competentes o qual atualizará os protocolos de vigilância sanitária. A Presidente Flavia questionou sobre as ações relativas



a nova temporada de cruzeiros. A Conselheira Erica Carvalho respondeu que o assunto está em discussão com agentes de cada Porto onde haverá a escala de navios de cruzeiros, e que no momento o posicionamento técnico da Anvisa não é a favor da nova temporada, mas a prerrogativa de que se haverá ou não temporada de cruzeiros será do próprio Ministério da Saúde. Por fim, o Conselheiro Mauro Sammarco informou que encaminhará um ofício da ACS, com a carta da ABAP, e demais informações que possam sustentar a necessidade de revisão destes protocolos à Presidente. III.06 - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. A Presidente do CAP, passou a palavra ao Sr. Márcio Calves que fez um breve relato dos principais assuntos apreciados na última reunião do CONSAD, destacando os seguintes temas: 1) Aprovado o encaminhamento para deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, da Proposta da Administração para a alteração do capital social da Autoridade Portuária de Santos, ("Redução de Capital"), que ainda passará para apreciação do Conselho Fiscal; 2) - O Diretor de Administração e Finanças da SPA, Marcus Mingoni, informou que até o presente mês foram desligados 168 empregados pelo PIDV, e estão previstos para o mês de setembro 41 funcionários, informou ainda, que ao final do PIDV (setembro) será encaminhado para conhecimento do CONSAD relatório pormenorizado; e 3) Proposta de acordo entre a SPA e DP WORLD- Foi informado que será encaminha à DPW Carta da SPA, contendo Contranotificação para Carta SPA-DIPRE-ED/79.2020, a Santos Port Authority – SPA, acerca da proposta de acordo. Em seguida a Presidente passou ao item III - OUTROS ASSUNTOS. Foram feitos os seguintes registros: IV.01 - Ofício nº 023/2020 - SEDEP, de 11/08/202, da Prefeitura Municipal do Guarujá, por meio do qual solicita que o CAP obtenha informações referente ao armazenamento de "Materiais Perigosos" e também se os terminais são periodicamente inspecionados pela SPA. A Presidente Flávia registrou ciência do referido ofício e compreende os questionamentos que estão sendo feitos sobre os protocolos de segurança que existem nos Portos para poder movimentar cargas perigosas, esclarecendo que a Antaq possui norma específica para movimentação de produtos perigosos, sendo todos os terminais portuários obrigados a atender esta norma, salientou ainda, que também existem as normas de segurança dos órgãos ambientais e dos Corpos de Bombeiros, além dos protocolos de segurança dos próprios terminais, e que os terminais do Porto de Santos também devem cumprir o Regimento de Exploração do Porto e as normas de segurança da CONPORTOS. O



Sr. Jairo, convidado da PMG, agradeceu a explanação sobre o tema e registrou que a Prefeitura do Guarujá ficará no aguardo da resposta em relação ao ponto questionado no ofício enviado à Companhia. IV.02 - Resolução ANTAQ 7954/2020. O Conselheiro Leonardo Ribeiro informou que recentemente foi publicada a Resolução 7954/2020 da ANTAQ que coloca em audiência e consulta pública a proposta de resolução que tem por objeto estabelecer os procedimentos para operações com produtos perigosos quando em trânsito por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado. IV.03 - Convite à CETESB para participar de reunião com a CAT. O Conselheiro Eliezer sugeriu que a CETESB seja convidada a participar da próxima reunião da CAT, para discutir sobre a situação das dispensas de certidão de licenciamento em relação aos contratos temporários no Saboó. Colocada em votação a sugestão foi aprovada por unanimidade. Para o assunto foi emitida a Carta CAP nº 003.2020. Não havendo outras manifestações, a Presidente passou ao item IV - ENCERRAMENTO. O Colegiado fixou a data da próxima reunião ordinária para o dia 21/09/2020, às 14h30min, em Santos. Nada mais a ser tratado, a Presidente do Colegiado agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata. Fica registrado que em atendimento a IN DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, art. 10 - § 2º, os membros da mesa da presente reunião, assinarão a respectiva ata e consolidarão, em documento único, a lista de presença. Mesa: Flavia Morais Lopes Takafashi – Presidente; Jorge Leite dos Santos – Secretário. Conselheiros Presentes (por videoconferência): CC Carlos augusto do Couto Junior, Fernando Henrique Passos Biral, Marcelo Ribeiro, Rogério Lima, André Okubo, Erica Cristina santos Carvalho, José Edgard Laborde Gomes, Roberto Teller, Leonardo Ribeiro, Eliézer da Costa Giroux, Regis Prunzel, Joaquin Sepulveda, Mauro Sammarco, José Cavalcanti, Wagner Moreira Gonçalves e Robson Gama...

Flavia Morais Lopes Takafashi
PRESIDENTE

Jorge Leite dos Santos
SECRETARIO-EXECUTIVO CAP/SANTOS
